artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação (Lei quadro dos institutos públicos).

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública concluiu o procedimento concursal de recrutamento e seleção para o provimento do cargo de vogal do conselho diretivo da AGIF, I. P., aberto pelo Aviso (extrato) n.º 9508/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 29 de maio de 2019, e também publicitado na bolsa de emprego público com o código n.º 949 CReSAP 82 12/18.

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta, indicando três candidatos para o cargo, de entre os quais o licenciado Mário Luís Guedes Monteiro que, face à aplicação dos diversos métodos e critérios de seleção, demonstra ter perfil de correspondência elevada, ao nível técnico, comportamental e de gestão, permitindo deste modo concluir pela sua adequada preparação para o exercício do cargo de vogal do conselho diretivo.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto conjugadamente no n.º 2 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro, nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º, no n.º 1 do artigo 20.º e no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, bem como no n.º 12 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, todos na sua redação atual, determino o seguinte:

- 1 Designar o licenciado Mário Luís Guedes Monteiro para exercer, em comissão de serviço, por um período de 5 anos, o cargo de vogal do conselho diretivo da AGIF, I. P., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciadas na respetiva nota curricular, que consta do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.
- 2 O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua assinatura.
- 3 de julho de 2019. O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.

Nota curricular

Nome: Mário Luís Guedes Monteiro Data de nascimento: 1 de dezembro de 1970 Nacionalidade: Portuguesa

Nacionalidade: Portuguesa Formação académica:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (1988/93); formação complementar em Marketing na *Fachhochshule für Wirtschaft*, Pforzheim, Alemanha (1993/94).

Experiência profissional:

Reúne experiência diversificada em matéria de gestão de recursos: no domínio operacional, participou no lançamento de empresa inovadora em telecomunicações, coordenando de forma consistente equipas multidisciplinares de grande dimensão; responsável pela implementação de programas de transformação processuais e tecnológicos de elevada complexidade, sendo que neste sector desenvolveu ainda a função de Project Management Office; implementou metodologias de gestão por processos e práticas *Agile*, com reporte direto às Administrações, participando em processos de tomada de decisão relevantes; negociação com fornecedores e com clientes internos no âmbito da gestão de serviços partilhados.

1 de janeiro de 2019 até ao presente — Vogal do Conselho Diretivo da AGIF, I. P., em regime de substituição, assegurando a área de políticas, planeamento e finanças;

Outubro de 2017 a 31 dezembro de 2018 — Adjunto da Estrutura de Missão para a Instalação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, tendo como principais responsabilidades: a coordenação e gestão global do Programa de Transformação, previsto na RCM n.º 157-A/2017, de 21 de outubro, e o planeamento e programação da instalação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF, I. P.);

2012-2017 — Back Office Senior Manager, NOS Comunicações, S. A.; 2008-2011 — Back Office de Cliente Senior Manager, ZON TV Cabo Portugal, S. A.;

2003-2008 — Diretor de Serviços de Desenvolvimento Organizacional e Processos, TV Cabo Portugal, S. A.;

2000-2003 — Diretor de Serviços de Gestão de Clientes/Call Center na TV Cabo Portugal, S. A.;

1996-2000 — Responsável pela Gestão de Clientes na TV Cabo Sado, S. A.;

1994-1996 — Consultor na Fórum Atlântico Consultores (análises de avaliação de viabilidade económico-financeira e de rentabilidade de projetos de investimento, acompanhando a implementação de projetos e de novos negócios).

Despacho n.º 6335/2019

Considerando que a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P. (AGIF, I. P.) entrou em funcionamento no dia 1 de janeiro de 2019, nos termos do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro, que aprovou a sua orgânica.

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro, o conselho diretivo da AGIF, I. P., é constituído por um presidente e por dois vogais, os quais são designados na sequência de procedimento concursal, aplicando-se as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação (que aprova o Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado), atento o n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação (Lei quadro dos institutos públicos).

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública concluiu o procedimento concursal de recrutamento e seleção para o provimento do cargo de vogal do conselho diretivo da AGIF, I. P., aberto pelo Aviso (extrato) n.º 3961/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 12 de março de 2019, e também publicitado na bolsa de emprego público com o código n.º 950_CReSAP_83_12/18.

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta, indicando três candidatos para o cargo, de entre os quais o mestre Paulo José Vaz Rainha Mateus que, face à aplicação dos diversos métodos e critérios de seleção, demonstra ter perfil de correspondência elevada, ao nível técnico, comportamental e de gestão, permitindo deste modo concluir pela sua adequada preparação para o exercício do cargo de vogal do conselho diretivo.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto conjugadamente no n.º 2 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro, nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º, no n.º 1 do artigo 20.º e no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, bem como no n.º 12 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, todos na sua redação atual, determino o seguinte:

- 1 Designar o mestre Paulo José Vaz Rainha Mateus para exercer, em comissão de serviço, por um período de 5 anos, o cargo de vogal do conselho diretivo da AGIF, I. P., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciadas na respetiva nota curricular, que consta do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.
- 2 O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua assinatura.
- 3 de julho de 2019. O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.

Nota curricular

Paulo José Vaz Rainha Mateus, nascido no Porto a 28 de maio de 1970. Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Florestal, Universidade de Trás-os--Montes e Alto Douro, 1994; Pós-graduação em Engenharia dos Recursos Florestais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1995.

Mestrado em Engenharia florestal, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2015.

Experiência profissional:

Vogal do Conselho Diretivo da AGIF, I. P., em regime de substituição, desde 1 de janeiro de 2019.

Vogal da Comissão Instaladora da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P., (AGIF, I. P.), 2018.

Adjunto da Estrutura de Missão para Instalação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, 2017-2018.

Assembleia da República, Membro da Comissão Técnica Independente, constituída para análise dos Incêndios ocorridos entre os dias 17 e 24 de junho, nos concelhos de Pedrógão Grande e outros (Lei n.º 49-A/2017, de 10 de julho), 2017.

Simwood, Membro do Conselho de Assessores (Advisory Board) do Projeto Internacional SIMWOOD, 2015-2017.

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos, do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte, 2012-2017.

Autoridade Florestal Nacional, Diretor Nacional da Autoridade Florestal Nacional, 2009-2012.

Autoridade Florestal Nacional, Diretor do Projeto «EEAGrants — Infraestruturação do Território e Defesa da Floresta contra Incêndios», 2008-2011.

Autoridade Florestal Nacional, Delegado do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para as questões florestais, na

ligação com a organização da Presidência Espanhola do Conselho da União Europeia, 2010.

Autoridade Florestal Nacional, Membro do UNECE/FAO Team of Specialists on Forest Fire, 2009-2012.

Direção-Geral dos Recursos Florestais, Subdiretor-Geral da Direção-Geral dos Recursos Florestais, 2006-2008.

Direção-Geral dos Recursos Florestais, Coordenador da Comissão Bilateral Portugal Espanha para a prevenção e combate aos incêndios florestais, no quadro da XXI Cimeira Luso-Espanhola, 2006-2009.

Direção-Geral dos Recursos Florestais e Autoridade Florestal Nacional, perito da Comissão Europeia em Defesa da Floresta Contra Incêndios, como representante nacional no «Group of Experts in Forest Fires», 2006-2012.

Direção-Geral dos Recursos Florestais, Coordenador do projeto «Apoio Técnico-Operacional dos EUA a Portugal no âmbito da aplicação da técnica de Fogo Prescrito», 2005-2006.

Direção-Geral dos Recursos Florestais, Chefe da Divisão Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Direção-Geral dos Recursos Florestais, 2004-2005.

Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Chefe da Divisão de Proteção e Conservação Floresta, 2003-2004.

Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Gestor do projeto «Proteção da Floresta Contra Incêndios — Reg. (CEE) n.º 2158/92», 1997-2003.

Instituto Florestal, analista técnico-financeiro de projetos cofinanciados pela Comunidade Europeia, Porto, 1995-1996.

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Colaborador de Assistente de Investigação no Departamento Florestal, Setor de Fogos, 1994-1995

A experiência profissional começou na Finlândia, em Urjala, como trabalhador agroflorestal, 1991.

Outras atividades relevantes:

Vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais, 2017-...

Atividade docente (Licenciaturas, Pós-graduações e Mestrados) como convidado em Universidades e Institutos Universitários, UTAD, ISA, ISLA.

É autor de vários artigos técnicos em revistas nacionais, artigos ou resumos em atas de reuniões científicas sem arbitragem exterior à edição, de relatório para obtenção de grau académico e de artigos científicos em revista internacional listada no *Science Citation Index*.

312425257

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 6336/2019

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 17 de junho de 2019, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, foi designado, para exercer o cargo de Coordenador Nacional da União para o Mediterrâneo, o Embaixador Pedro Luís Baptista Moitinho de Almeida — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O referido despacho produz efeitos a 1 de maio de 2019.

26 de junho de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312400957

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

Aviso n.º 11329/2019

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à referida Lei, e após homologação da avaliação final por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., torna-se público que, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com este Instituto, a trabalhadora Liliana Ferreira Pinto concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de

assistente técnico, ficando posicionada na 1.ª posição remuneratória da referida carreira e no nível 5 da Tabela Remuneratória Única.

24 de junho de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Faro Ramos*

312398755

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DEFESA NACIONAL

Gabinetes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional

Portaria n.º 422/2019

Manda o Governo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 1.º, dos artigos 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, o seguinte:

- 1 Nomear o 106683-J Tenente-Coronel Piloto Aviador João Filipe Vitorino Rosa para o cargo «OAC EOF 0010 Section Head (Flying Forces)», no Air Command Headquarters (AIRCOM), em Ramstein, Alemanha, em substituição do 092070-D Coronel Piloto Aviador Francisco Manuel Nobre Dionísio, que fica exonerado do cargo a partir da data em que o militar ora nomeado assuma funções.
- 2 A duração normal da comissão de serviço do referido cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.
- 3 À presente portaria produz os seus efeitos desde 1 de agosto de 2019.

18 de junho de 2019. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

312398771

Portaria n.º 423/2019

Manda o Governo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 1.º, dos artigos 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, o seguinte:

- 1 Nomear o 25188, Capitão-de-Fragata Pedro Jorge da Mata Gaspar, para o cargo "OJS PSX 0040 STAFF OFFICER (Info Management)", no Joint Force Command Naples (JFCNP), em Nápoles, Itália, em substituição do 20489, Capitão-de-Fragata Nuno Miguel dos Santos Baptista Pereira, que fica exonerado do cargo a partir da data em que o militar ora nomeado assuma funções.
- 2 A duração normal da comissão de serviço do referido cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.
 - 3 A presente portaria produz os seus efeitos desde 5 de agosto de 2019.

19 de junho de 2019. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

312398739

FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6337/2019

O artigo 23.º da Lei do Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, prevê a possibilidade de os membros do Governo responsáveis pelas áreas da Modernização Administrativa e das Finanças e Administração Pública estabelecerem incentivos e outros mecanismos de estímulo à eficiência o que foi concretizado através da Portaria n.º 172/2019, de 3 de junho, que estabeleceu o Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública (SIEF).

O n.º 4 do artigo 4.º da referida portaria prevê que as regras e os procedimentos aplicáveis à apresentação e avaliação das candidaturas são aprovadas por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.